

REFORMA REVOLUCIONÁRIA OU REFORMA REFORMISTA? A AÇÃO POLÍTICA DE PAULO FREIRE NO SESI (1947-1957)

Lucas Forlevisi de Mello¹

RESUMO: Este ensaio propõe um diálogo entre as reflexões organizadas por Josué Pereira da Silva em *Sociologia crítica e a crise da esquerda*, especialmente sua releitura de André Gorz sobre o conceito de reformas revolucionárias, e a atuação política e pedagógica de Paulo Freire no Serviço Social da Indústria (SESI) de Pernambuco, entre 1947 e 1957. Por meio da análise das ações de Freire nesse período, o texto busca explorar como suas práticas pedagógicas articularam-se com as contradições de uma instituição criada para diluir tensões sociais em favor da hegemonia patronal. Questiona-se se essas práticas podem ser interpretadas como reformas reformistas ou carregam elementos revolucionários, considerando a possibilidade de tensionar e transformar estruturas sociais dentro de um espaço institucional conservador. A reflexão amplia o entendimento sobre a construção do pensamento freiriano e seu potencial transformador no contexto da educação brasileira.

Conceituando a discussão: teoria e estrutura

Josué Pereira da Silva, em seu livro *Sociologia crítica e a crise da esquerda*, busca construir mecanismos de comparação entre diferentes autores da sociologia crítica, com a finalidade de produzir diálogo sobre as potencialidades e limites desses modelos teóricos em produzirem interpretações que, ao mesmo tempo em que reconheçam a impossibilidade de uma teoria geral de leitura da realidade e do atual momento do capitalismo, sirvam como base para a ação política orientada pela tradição do pensamento crítico. Cita Boaventura de Souza Santos:

Não é possível hoje uma epistemologia geral, não é possível uma teoria geral. A diversidade do mundo é inesgotável, não há teoria geral que possa organizar

REVISTA CIÊNCIAS DO TRABALHO Nº 27
MAIO DE 2025

¹ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp - Linha de Pesquisa: Ciências Sociais e Educação. E-mail: forlevilucas@gmail.com

toda essa realidade... Não é possível, e tampouco desejável, mas necessitamos de uma teoria sobre a impossibilidade de uma teoria geral. (SANTOS, 2007, p. 39, apud SILVA, 2019, p. 47).

Para dialogar com autores como Nancy Fraser, Axel Honneth, Alain Caillé e Boaventura de Souza Santos, o autor recorre a André Gorz, especialmente no capítulo 2, no qual através de paralelos epistemológicos investiga a capilaridade teórica apresentada. Como, por exemplo, quando analisa as dimensões de *reconhecimento e/ou representação* na obra de Nancy Fraser.²

Há no texto de Silva, segundo ele próprio, o anseio de avaliar o potencial crítico das teorias estudadas, utilizando, enquanto releitura, da apropriação do conceito de “reformas revolucionárias”, elaborado por Gorz na década de 1960. Procura-se uma espécie de superação do clássico debate entre “reforma e revolução”, para o entendimento do quanto uma reforma pode guardar características revolucionárias ou propriamente reformistas. Cita Gorz:

Seria possível no interior do capitalismo - isto é, sem havê-lo previamente demolido - impor soluções anticapitalistas que sejam logo incorporadas e subordinadas ao sistema? É a velha pergunta sobre ‘reforma e revolução’.(...) a pergunta não mais possui a forma alternativa: refere-se a possibilidade de ‘reformas revolucionárias’, isto é, reformas que se encaminham no sentido de uma transformação radical da sociedade. (GORZ, 1968, p.12, apud SOUZA, 2019, p. 48).

Silva depreende que, para Gorz, nem toda reforma seria necessariamente reformista e, por vezes, não são evidentes os limites entre uma reforma reformista e uma reforma revolucionária, o que impõe o desafio de caracterizá-las, uma vez que enquanto a primeira não altera as estruturas do sistema econômico e social vigente, a segunda trabalha com perspectivas do que *deve ser* e não daquilo que *pode ser*³ instituído à ordem.

Esse é um movimento intelectual que permite ao autor o debate com temas da atualidade levantados pela teoria crítica, bem como a análise de potência de tais teorias. Em sua leitura, o conceito de “reforma revolucionária” abriga o esforço de encontro das *lutas sociais e as demandas imediatas*, em conformidade com alterações e/ou transformações sociais, que abriguem dimensões antissistêmicas, portanto anticapitalistas. Visão que situa Gorz de forma mais evidentemente anticapitalista, à medida que a preocupação maior se concentra nas alterações estruturais causadas e não nos conteúdos das reformas.

2 Ver: SILVA, 2019. p. 45.

3 Ver SILVA, 2019, p. 49.

Após a ascensão das chamadas políticas afirmativas, por exemplo, é comum a discussão das potencialidades de suas alterações sistêmicas ou a análise da capilaridade em reposicionar a ordem e a estratificação social. Tal chave de pensamento pode aplicar-se a diferentes momentos de alterações da e na história do próprio Brasil.⁴

Nesse sentido, buscando como aporte teórico o movimento realizado por Josué Pereira da Silva, o desafio do presente texto será debater as potencialidades da construção pedagógica de Paulo Freire, ante sua ação política e trajetória em um momento específico e fundamental: os anos em que foi funcionário do Serviço Social da Indústria (o SESI de Pernambuco), entre 1947-1957.

Quais desses momentos guardam ações políticas direcionadas para reformas reformistas e/ou reformas revolucionárias?

A gestão pedagógica

Pouco depois de Paulo Freire completar 70 anos, em 1991, quando muito da sua trajetória e vida intelectual já era consolidada no Brasil e no mundo, concedeu entrevista ao *Jornal dos Professores* do Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO). Durante a entrevista, seu anseio por professorar, a construção de sua teoria e os caminhos que seguiu para elaborar sua metodologia, método e técnica, são objetos de curiosidade e dialogicidade. Todavia, um tema específico ganha importante espaço na entrevista: sua trajetória de trabalho de uma década no Serviço Social da Indústria de Pernambuco, o SESI. Ao contar sua trajetória como professor, Paulo Freire cita o momento que deixa a docência, para pensar em projetos de alfabetização mais amplos, assim como a contradição de trabalhar em uma instituição oriunda da Confederação Nacional das Indústrias, com projeto político antagônico à sua perspectiva intelectual.

O Sesi foi criado em 1946, através do decreto 9.403, assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. A ideia inicial era o estabelecimento de um fundo de 2% sobre a folha de pagamento das empresas industriais, para criar assistência social e melhorias aos trabalhadores das indústrias. Contrariando o modelo adotado em muitos lugares do mundo pós-guerra, tais recursos seriam direcionados exclusivamente para organizações do patronato nacional, Confederação Nacional da Indústria e suas federações estaduais, ficando entidades sindicais e de representação dos trabalhadores fora de tal destinação.

Vale lembrar que o movimento não é ingênuo, o Brasil vivia ainda resquícios dos horrores da ditadura, com prisão de sindicalistas e empenho do Estado em dar respostas repressivas aos movimentos sociais e grevistas, como

4 Ver o debate realizado por SILVA 2019, p. 135, capítulo 06, Desigualdade no debate brasileiro contemporâneo: entre cidadania e reconhecimento.

aqueles que organizaram as greves de 1945. Havia temor de que as ideias anarquistas, oriundas da comunidade italiana que se mobilizou após imigração, ou o discurso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ganhassem a consciência da classe trabalhadora brasileira (Souza, 2012), o que fez a elite nacional movimentar-se em torno de disputas de narrativas que extrapolaram o ambiente da política institucional e buscaram formação ideológica para o povo.⁵

Elisabete Gonçalves de Souza, em sua tese de doutorado orientada por Demerval Saviani em 2012, destaca o papel desempenhado pela burguesia nacional brasileira na criação do SESI, como disputa pela racionalização para a indústria, que ao mesmo tempo em que esvazia a luta de classes, propõe a *docilização* da classe operária. Diversos documentos levantados pela autora mostram discursos da direção da Confederação Nacional da Indústria, explicando o posicionamento do órgão ideológico que criaram. Cita a CNI:

[...] não hesito em afirmar que, no sistema por nós idealizado como Serviço Social da Indústria a cargo dos patrões, com o espírito e a finalidade que lhe presidiram à organização, se encontra a possibilidade única de eliminar a mentalidade hostil e ríspida que aponte (e que constitui o primeiro e maior perigo de nosso tempo) e ver estabelecida a concórdia social entre patrões e operários. Porque a obra por nós empreendida não é propriamente assistência de ajuda para saciar a fome, ou para fazer com que os trabalhadores produzam mais, e sim para inculcar-lhes a consciência de seus deveres de cidadãos ativos na comunidade brasileira, e resolvam, com a união de suas próprias forças (e não contra as forças dos patrões), os problemas que interessam a Nação (LODI, 1953, p. 19, apud SOUZA, 2012, p. 146).

Há, por parte de setores da elite nacional, a introjeção da ideia de desenvolvimento civilizacional por meio da educação dos trabalhadores direcionada aos conjuntos éticos e de valores do próprio patronato, no momento contínuo da indústria brasileira. Ganham corpo, nesse momento da história, perspectivas individualistas e o esforço para ocultação dos conflitos fundantes da nossa sociedade.

O recado da burguesia nacional parecia claro, as movimentações da luta de classes, tão efervescentes, seriam abafadas através do alinhamento com o Estado repressor em conjunto com a formação intelectual para inculcar o individualismo e o trabalho como métodos e modelos de vida coletiva.

Souza, conclui:

Em síntese, podemos dizer que o SESI surge como resposta do empresariado à nova conjuntura e correlação de forças que se inaugura com a desagregação do Estado Novo e a liberalização do regime, favorecendo o crescimento do movimento operário. Materializa o espírito ultraconservador do empresariado, explicitado em seu objetivo estatutário de “destruir os elementos propícios à germinação de ideologias dissolventes”, através de uma ação política, ideológica e repressiva que se apoiava na base material fornecida pelos equipamentos assistenciais. (SOUZA, 2012, p. 134).

É nesse contexto, no ano da criação do Sesi, quando projetos institucionais começam a se espalhar pelo país, que, em Pernambuco, Paulo Freire é convidado para iniciar as atividades da Divisão de Educação e Cultura do Serviço Social, primeiro como diretor, depois como superintendente da divisão, entre 1947 e 1957.⁶

Freire estava ciente do caráter ideológico da instituição, de ordem assistencialista. Apesar disso, encontrou no grupo que ali estava apoio para construir assistência social aos trabalhadores baseada no trabalho coletivo, com o horizonte democrático em todas as suas ações, entendendo que, embora a entidade fosse ligada ao ideário patronal, era ali que grande parte do operariado estaria.⁷

O fato é que Paulo Freire não era apenas mais um funcionário do Sesi. Como dito acima, em 1954 chegaria a Diretor Superintendente da Regional de Pernambuco, organizando e tendo poder decisório, inclusive, sobre considerável gama de recursos da entidade. Na função, viajou o país, visitando outras regionais da instituição para apresentar o sucesso do modelo pedagógico que desenhava em seu Estado.⁸

O Sesi baseava suas dimensões educacionais no entendimento dos desafios cotidianos dos estudantes e suas famílias e no processo formativo constante de seus professores. Paulo Freire parece ter relido a diretriz da entidade. Ante tal direcionamento, grandes movimentos pedagógicos são realizados, como a criação dos Círculos de Pais e Professores, por meio dos quais Freire almeja o estreitamento entre a comunidade e os educadores, pressupondo o reconhecimento da realidade social que os sujeitos vivem como condição de sucesso da prática educativa. Enquanto formulava sua teoria pedagógica, também a colocava em prática no SESI.

O autor enfatiza a considerável imersão intelectual que sua estadia no SESI o obrigou a construir. Embora seu reconhecimento maior seja com a educação de adultos, trabalhou intensamente com as crianças, o que o levou à

6 MAZZA, 2022.

7 HADDAD, 2019.

8 IBIDEM.

leitura dos grandes clássicos da pedagogia como Dewey e Piaget, além do reconhecimento da educação brasileira através da leitura da obra de Anísio Teixeira.⁹

A professora Débora Mazza aponta que existem algumas perguntas impulsionando sua obra: - *como inserir as grandes massas na atualidade brasileira? Como despertar o povo brasileiro para a consciência e a responsabilidade social e política? Como aprender mais rapidamente o exercício da democracia?*¹⁰

Tais perguntas, naquele momento, certamente ainda eram desenvolvidas pela sua teoria e não dialogavam com os interesses ideológicos da Confederação Nacional das Indústrias. Há no direcionamento de sua construção pedagógica o apelo a um modelo de sociedade oposto àquele que pensaram os idealizadores do SESI. Todavia, Paulo Freire guarda posicionamentos que poderiam facilitar seu trânsito entre os trabalhadores e a cúpula do empresariado.

A elite desse período entende os problemas sociais como questões técnicas a serem resolvidas por soluções de produtividade também técnicas. Mas enquanto legitimação do assistencialismo, distribui-se a perspectiva do “humanismo cristão” como justificativa ética. Seria melhor que os trabalhadores entendessem no cristianismo a justificativa para avanços sociais, do que nas ondas do marxismo e “sua” justiça social. Tal movimento recoloca o debate no âmbito da ascensão da Guerra Fria e demonstra a importância das ações políticas ante a disputa por modelo de Brasil que se travava.¹¹

Paulo Freire guardava uma robusta tradição cristã, embora tenha se distanciado a princípio do catolicismo, com o qual reataria anos mais tarde através da Teologia da Libertação, guardava em sua forma de agir e pensar, o vocabulário e a tradição do cristianismo¹². Sua intimidade com o pensamento cristão e sua visão humanista do mundo, caberiam na ideia de “humanismo cristão”, reproduzida pela cúpula da CNI. Seria o “humanismo cristão” o elo de ligação que permitiria o trabalho entre o educador e o Serviço Social da Indústria? É certo que as leituras de humanismo não eram as mesmas, mas podem guardar alguma similaridade, ao menos vocabular, o que garantiu coesão e estabilida-

9 FREIRE, 1992.

10 MAZZA, 2022.

11 SOUZA, 2012.

12 Essa concepção de conscientização proposta por Paulo Freire é provavelmente, hoje, a estratégia política revolucionária por excelência da esquerda católica na América Latina. Nascida de um católico, ela tem grande apelo nos meios católicos. O humanismo cristão que a inspira, seu caráter ao mesmo tempo neutro e ideológico, sua ênfase na liberdade e na responsabilidade, seu claro relacionamento com a “conversão”, a prioridade que dá à mudança de mentalidade ao invés da mudança das estruturas. Todos esses aspectos têm um forte apelo para os católicos e ajudam-nos a explicar a adoção da conscientização como sua estratégia básica. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 128).

de institucional; e permitiu a radicalização do autor ante o conceito à medida que construía seu pensamento.¹³

O fato é que durante a década em que permaneceu no SESI, implementou sua radicalidade democrática nos processos de gestão interna, nas formas estruturais de organização da entidade. Freire entendeu que imposições e autoritarismo eram mecanismos dados ao fracasso, que a democracia e o ideal democrático seriam descobertos pela própria ação dos indivíduos na construção da democracia; posicionamento que caminha em discordância com os valores assistencialistas da entidade. Ao construir o Círculo de Pais e Professores, por exemplo, combatia ações de caráter ufanista e higienista, para apostar na participação plena da comunidade.¹⁴

Ainda na entrevista ao SINPRO, quando questionado sobre a contradição de construir uma pedagogia emancipatória no seio de um instrumento de assistencialismo construído pelas elites nacionais, interessante movimento de análise intelectual e de ação política se constrói. Pois, na visão do autor, seu período na instituição permitiu-lhe gestar novas formas de ver o mundo, através do contato direto com os trabalhadores¹⁵, radicalizou suas ideias e sua ação política, sem deixar de entender a prática pedagógica como uma relação de poder, mas buscando através da dialogicidade e horizontalidade ressignificar os papéis da aprendizagem:

13 Em *Pedagogia do oprimido* (1987), Paulo Freire diz: (...) Daí que toda aproximação que aos oprimidos façam os opressores, enquanto classe, os situa inexoravelmente na falsa generosidade a que nos referimos no primeiro capítulo deste trabalho. Isto não pode fazer a liderança revolucionária: ser falsamente generosa. Nem tampouco dirigista. Se as elites opressoras se fecundam, necrofilamente, no esmagamento dos oprimidos, a liderança revolucionária somente na comunhão com eles pode fecundar-se. Esta é a razão pela qual o que fazer opressor não pode ser humanista, enquanto o revolucionário necessariamente o é. Tanto quanto o desumanismo dos opressores, o humanismo revolucionário implica na ciência. (...) p. 82.

14 HADDAD, 2019.

15 Paulo Freire declara como um dos seus maiores aprendizados, a intervenção de um pai em uma das reuniões do Círculo de Pais e Professores que se discutia a presença dos castigos físicos na educação das crianças, diz o trabalhador: "Pois bem, doutor, sua casa deve ter um quarto só para o senhor e a sua mulher. Outro quarto grande é para as meninas. (...) Outro quarto é para os meninos. Banheiro com água quente, cozinha com linha Arno. Um quarto de empregada bem menor do que os dos filhos e que ficava no lado de fora da casa. Um jardimzinho com grama inglesa, O senhor deve ter ainda um quarto onde bota os livros - sua livreria de estudo. Está se vendo, por sua fala, que o senhor é um homem de muitas leituras, de boa memória. Agora veja, doutor, a diferença. O senhor chega cansado. A cabeça até pode doer no trabalho que o senhor faz. Pensar, escrever, ler, falar esses tipos de fala que o senhor fez agora. Isso tudo cansa também. Mas uma coisa é chegar em casa, mesmo cansado, e encontrar as crianças com banho tomado, vestidinhas, limpas bem comidas, sem fome, e a outra é encontrar os meninos sujos, com fome, gritando, fazendo barulho. E a gente tendo que acordar às quatro da manhã do outro dia para começar tudo de novo, na dor, na tristeza, na falta de esperança. Se a gente bate nos filhos e até sai dos limites não é porque a gente não ame eles, não. É porque a dureza da vida não deixa muito para escolher. Haddad, 2017, p. 42-43.

O SESI, o SESC, o SENAI e o SENAC nasceram com essa tarefa, de dourar a pílula, de fazer uma assistência que se estendesse ao assistencialismo e com o qual se faria política, mas a política da classe dominante.

Eu até digo isso sem nenhum medo de estar cometendo uma injustiça. A análise correta para mim é essa. Vejam que coisa maravilhosa.

Eu fui convidado para trabalhar nesse recém-fundado SESI de Pernambuco e foi exatamente a minha prática dentro do SESI que me radicalizou (FREIRE, 1991).

Ao mesmo tempo em que Paulo Freire reconhece o caráter e o direcionamento político da instituição, atribui ao período que nela esteve sua inicial formação intelectual, que embora seria estranha a variados *sectários do seu período*, serve como ferramenta para seu encontro mais íntimo com os trabalhadores, na linguagem, na forma de construir a racionalidade e na distribuição de um processo educacional intimamente ligado à solidariedade de classe (FREIRE, 1991).

No SESI, Paulo Freire, aliou-se aos assistentes sociais e educadores, que elaboraram métodos pedagógicos, cuja preocupação enfrentasse as contradições da própria emancipação dos indivíduos dentro de uma sociedade que almejava padrões civilizatórios de reprodução das desigualdades em sua política macro; interferiu na política interna e democratizou o orçamento sob sua responsabilidade. O que lhe permitiu interferências sociais diretas, como a abertura de portas para a construção de movimentos educacionais na universidade pública, na igreja e nos movimentos sociais.¹⁶

Encaminhamentos

A ação política de Paulo Freire no órgão da Confederação Nacional das Indústrias teve reflexos na construção de uma *reforma reformista*, ou abriga elementos característicos da *reforma revolucionária*?

Seria possível dizer que, dentro do SESI, foi germinado o “inédito viável”¹⁷, que seria perseguido pela ditadura civil-militar de 1964, através do possível Plano Nacional de Alfabetização?

São questionamentos que ficarão para o desenvolvimento do trabalho. Todavia, fica a abertura de investigação, bem como o exercício analítico de ação política, potencialidade teórica e transformações estruturais.

16 Sobre tais atuações, ver: MAZZA, 2022, Cap. 2, Paulo Freire e a constituição de um pensamento educacional.

17 Ver: inédito viável in: Dicionário Paulo Freire. STRECK, D. R., REDIN, E., ZITKOSKI, J. J. (org.). 2. ed., rev. amp. 1.ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

A análise da atuação de Paulo Freire no SESI entre 1947 e 1957 apresenta-se como um campo de investigação denso, cuja compreensão exige a articulação entre os limites estruturais da instituição e as possibilidades de ação política e pedagógica implementadas pelo educador. Dentro de um órgão que carregava explicitamente o propósito de diluir as tensões da luta de classes por meio do assistencialismo, Freire encontra um espaço de contradições onde a prática pedagógica pôde ser gestada e ampliada.

O caráter conservador do SESI, construído para consolidar a hegemonia ideológica do empresariado, não anulou a possibilidade de Paulo Freire imprimir práticas que dialogassem com uma perspectiva de transformação social. A criação dos Círculos de Pais e Professores e a democratização dos processos internos da instituição não apenas refletem a preocupação com uma gestão participativa, mas também indicam a tentativa de inserir a comunidade como protagonista na construção do saber. Tais movimentos, embora inseridos em um espaço de controle social, desafiaram as diretrizes da Confederação Nacional da Indústria ao posicionar a educação como um meio de despertar a consciência crítica.

A presença de Freire no SESI revela que as fronteiras entre reforma reformista e reforma revolucionária podem ser tênues. Por um lado, suas ações alinharam-se às demandas imediatas de formação e assistência dos trabalhadores, como previa o projeto institucional. Por outro, essas mesmas ações carregavam uma semente de ruptura ao buscar articular práticas educativas com a realidade social dos sujeitos envolvidos. Em sua atuação, fica evidente o esforço de construir um projeto pedagógico que, mesmo em um ambiente adverso, subvertesse a lógica assistencialista em favor de uma educação dialógica.

Freire reconheceu, como ele próprio afirmaria em entrevistas posteriores, o caráter ideológico do SESI e as limitações impostas pela estrutura patronal. No entanto, foi nesse espaço que ele se radicalizou, ampliando sua compreensão sobre as contradições entre opressores e oprimidos, e gestando, ainda que de forma embrionária, os conceitos que marcariam sua obra futura. A convivência direta com os trabalhadores e a tentativa de criar mecanismos pedagógicos capazes de transformar suas realidades sociais revelam a força política de sua atuação.

A análise das ações de Freire no SESI nos convida a refletir sobre a possibilidade de reformas revolucionárias no interior de sistemas de controle. Seria possível afirmar que sua prática antecipava o “inédito viável” que orientaria o Plano Nacional de Alfabetização nos anos 1960? Ou que, ao propor um diálogo genuíno com a classe trabalhadora, ele desafiava os valores estruturais da instituição? Tais questões permanecem abertas, mas evidenciam a relevância de investigar o impacto de suas ações no processo de construção de uma pedagogia emancipatória.

Assim, sua atuação no SESI ultrapassa a mera ocupação de um cargo institucional. Trata-se de um movimento de tensão e criação, em que limites e possibilidades coexistem. Ao reler as diretrizes da instituição e construir práticas que priorizassem a dialogicidade e a participação comunitária, Freire demonstrou que a ação pedagógica, mesmo em cenários adversos, pode abrir caminho para transformações estruturais. A reflexão sobre essas experiências contribui para a compreensão da relação entre educação, política e transformação social, reafirmando a atualidade de seu pensamento.

Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **As revoluções utópicas dos anos 60: a revolução estudantil e a revolução política na Igreja**. São Paulo, Editora 34, 2016.

CORTELLA, Mario Sérgio & VENCESLAU, Paulo de Tarso. **O idealizador da Pedagogia do Oprimido relata passagens de sua infância e juventude**. Revista Teoria e Debate, 1992. Disponível em: <<<https://teoriaedebate.org.br/1992/01/06/paulo-freire/>>> Acesso em: 17/06/2024.

FREIRE, Paulo. **Círculo de Pais e Professores**. Diário de Pernambuco. 31 de março de 1957. In: Acervo Manuscritos Paulo Freire. <<<https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/af7f314c-6a4f-48c4-9920-b54202f9b194/content>>> Acesso em 14/06/2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

HADDAD, Sérgio. **O educador: Um perfil de Paulo Freire**. São Paulo: Ed. Todavia. 2019.

MAZZA, Debora. **Paulo Freire: a Cultura e a Educação**. Campinas: SP. Editora UNICAMP. 2022.

SILVA, Pereira Josué da. **Sociologia Crítica e a Crise da Esquerda**. São Paulo: Intermeios, 2019.

SINPRO. Sindicato dos Professores de São Paulo. Paulo Freire - Entrevista. Jornal do Professores, 1991. Disponível em: <<<https://revistagiz.sinprosp.org.br/educacao/entrevista-historica-com-paulo-freire/>>> Acesso em: 17/06/2024.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de. **Relação Trabalho-Educação E Questão Social No Brasil: Uma Leitura do Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria – CNI (1930-2000)**. 2012. Tese (Doutorado) Curso de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: SP. Disponível em: <<<https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/875442?guid=1718551318390&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1718551318390%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1718551318390>>>

[3d875442%23875442&i=18](#)>> Acesso em: 17/06/2024.

REFORMA
REVOLUCIONÁRIA OU
REFORMA REFORMISTA? A
AÇÃO POLÍTICA DE PAULO
FREIRE NO SESI (1947-1957)